

CONCEPÇÕES LUTERANAS DE EDUCAÇÃO E INFÂNCIA EM UMA CRECHE COMUNITÁRIA

Virginia Georg Schindhelm,
Dayse Martins Hora

RESUMO

O artigo discorre sobre as concepções luteranas de educação e de infância numa escola de Educação Infantil fundada em 1979. Mostramos a história dos luteranos no Rio de Janeiro e a trajetória das transformações sociais que culminaram na criação de uma creche comunitária criada para assistir crianças em situação de risco social. Apresentamos o percurso histórico dos eclesiásticos no Brasil e as ações evangélicas que os levaram para além do paroquialismo estabelecido e fechado em torno de si mesmo desde a chegada dos imigrantes europeus. Discutimos a trajetória desse trabalho institucional dos luteranos até seu envolvimento com uma população empobrecida e marginalizada no Rio de Janeiro, pertencente a qualquer credo. Identificamos as necessidades de atendimento a demandas assistenciais que evidenciaram o binômio cuidar/educar tão presente na educação infantil. Os resultados da pesquisa revelaram, dentre outros, as iniciativas eclesiásticas de caráter social e diaconal para favorecer os grupos comunitários em desvantagem social, a influência dessa doutrina evangélica para uma educação escolar pública de caráter obrigatório e a importância atribuída ao conhecimento da formação pessoal pelo desenvolvimento intelectual, espiritual e moral como promotora de cidadania.

Palavras-chave: história da educação, infância pobre, assistência luterana, cuidar/educar

EDUCATION LUTHERAN CONCEPTIONS AND CHILDHOOD IN A COMMUNITY SERVICE IN A NURSERY SCHOOL

ABSTRACT

This article is about the Lutheran doctrines conceptions of education and childhood in a nursery school founded in 1979. We talk about the history of the Lutherans in Rio de Janeiro and the social changes that ended up in the raising of a community nursery school created to attend very poor children. We present the historical trajectory of the members of the Lutheran church in Brazil and their evangelical actions which lead to beyond the parish already established since the arrival of the European immigrants. We discuss the trajectory of this institutional Lutheran work until they took part in a very poor and isolated community in Rio de Janeiro which belonged to any religion. We identify the needs of caring and attendance run which made clear the terms caring/educating in the infant education. The results of this research revealed the ecclesiastic step with social character to protect the poor communitary group in order they have compulsory education in a public school under the influence of the evangelic doctrine and also the importance of the self knowledge by intellectual, spiritual and moral development in order to develop the sense of citizenship.

Keywords: education history, poor childhood, Lutheran assistance, caring/educating

Considerações iniciais

O movimento protestante, que culminou com o luteranismo, iniciado por Martinho Lutero na Alemanha do século XVI, tem suas origens na amplitude de reformas que sonhavam com um novo mundo, capaz de superar um descontentamento popular que combinava causas sociais com motivos religiosos. Assim, a Reforma Luterana foi o ápice de uma série de movimentos sociorreligiosos que, desde o século XIV, já preludiavam a Era Moderna (JARDILINO, 2009).

Lutero a promoveu com a convicção de que o homem deveria ser salvo por sua graça e fé em Cristo e não por obras meritórias. Este reformador acreditava na necessidade de mudanças políticas e educativas e, por isso, direcionou boa parte de seus escritos para o movimento educacional, na medida em que acreditava que “o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando ela tem muitas pessoas instruídas, muitos cidadãos sensatos, honestos e bem educados” (LUTERO *apud*, JARDILINO, 2009, p. 7). Assim, acrescentou à pedagogia do renascentismo outros aspectos sociais e tomou por base a escola como ideário para seu trabalho humanista.

Como doutrina espiritual, a Reforma tinha em suas bases a aceitação incondicional do ser humano por Deus, a valorização da liberdade e a responsabilidade individual, pois não fazia prescrições morais, todavia disponibilizava orientações evangélicas para a vida de seus membros, permitindo aos pastores, diáconos e seus seguidores a liberdade para casar e ter filhos. A liberdade, marcada como um dos principais temas do debate religioso da Reforma, foi a pauta do novo modelo pedagógico desejado e que se estava forjando para desenvolver todas as suas potencialidades, o homem moderno deveria se ver livre dos obstáculos que o prendiam por meio de obrigações, disciplina e regulamentos (*ibidem*, 2009).

A Reforma Protestante representou não apenas uma ruptura religiosa, mas fez parte de mudanças nos paradigmas da educação e do meio socioeconômico do período medieval, que formataram uma nova sociedade e, conseqüentemente, uma nova era. As explicações do mundo pelo transcendental dão lugar aos processos de racionalização pelos conhecimentos científicos que se estabelecem e à moralização impressa pela religião.

Observa-se, nesse contexto, novos arranjos e rearranjos sociais nos quais a Reforma Protestante passa a ter destaque no reordenamento da modernidade. É uma marca histórica desse período as rupturas com o antigo e, principalmente, a passagem do feudalismo para o capitalismo comercial. O cenário que vai se revelando é facilitador para a ação pedagógica de reformadores, como Lutero. Frente às mudanças há demandas por educação básica e como consequência a criação de um sistema educativo universal com base nas concepções iluministas e com a função precípua de formar para as novas necessidades da sociedade.

Após a independência do Brasil (1822) o luteranismo chegou junto com o movimento migratório europeu, aliado ao encantamento com a propaganda do império brasileiro e em busca de melhores condições de vida. A presença dos imigrantes de confissão luterana produz movimentos pela implantação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sediada em Porto Alegre no Rio Grande do Sul.¹ Apesar de aportar no Rio de Janeiro, a maioria dos imigrantes se dirigiu aos estados do sul do país e ao Espírito Santo (1846), onde formaram colônias de agricultores.

Com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o desenvolvimento dos seus bairros, a Comunidade Evangélica Luterana instalou-se em diferentes bairros para atender às dificuldades de locomoção e dispersão geográfica dos evangélicos luteranos residentes em diferentes áreas da cidade.

Objetivamos destacar, neste artigo, uma dentre as diversas ações luteranas de cunho educativo e social: a criação de uma creche comunitária na cidade do Rio de Janeiro para o atendimento das necessidades das crianças e famílias moradoras das comunidades Cantagalo, Pavão-Pavãozinho e adjacências, locais que à época de sua fundação já eram tidos como espaços marginais e de exclusão dos pobres.

Concepções luteranas sobre o ensino

A pesquisa bibliográfica levou-nos a acreditar que o trabalho dos Irmãos da Vida Comum² influenciou grandemente a concepção luterana de ensino. Essa congregação religiosa católica, fundada em 1371, também conhecida como jeronimianos, desde o final do século XIV, empregava a língua materna na pregação e no ensino espalhado pela Europa (LANCILLOTTI, 2003).

Os Irmãos da Vida Comum dirigiam escolas elementares, estabelecidas junto às suas casas, ensinando crianças e assim enfatizavam a escolaridade e a devoção, tornando-se centros para a reforma. Muitos dos líderes da Reforma Protestante foram influenciados pelos seus ensinamentos, inclusive Lutero, que em 1497 com quatorze anos foi enviado para estudar nessa congregação, em Magdeburg, na Alemanha, onde viu pela primeira vez uma Bíblia.

No ano de 1530, Lutero escreveu uma carta para seu filho João Lutero aconselhando-o a estudar bastante e orar (LUTERO, 1995). A ordem das palavras proferidas, primeiro estudar e depois orar, ressaltam a valorização do estudo, que aparece em primeiro plano seguido então pela fé. Lutero dava grande importância à mente, pois “por meio da razão, do raciocínio, da lógica e da aquisição do conhecimento qualquer pessoa poderia ter acesso à ciência”, asseverou o pastor luterano Ristoff³.

Tal discurso denota o valor atribuído por Lutero não só para a criança como também para o seu estudo e formação e, por isso, animava os governantes de sua época a criar escolas, enfatizando a ação do Estado como responsável pela educação escolar. Empenhou-se em escrever muitos estudos que pudessem contribuir na formação das crianças, tais como, o catecismo e a explicação luterana para os Dez Mandamentos numa linguagem acessível para a compreensão infantil, resalta Ristoff.

A Reforma de Lutero, no século XVI, dividiu a Igreja pela contestação de valores, atitudes e costumes e a visão luterana do ser humano, iniciada com a importância atribuída à criança, é anterior ao emergir do sentimento de infância descrito por Áries (1981). Segundo esse autor, foram os movimentos culturais como o iluminismo e religiosos do protestantismo que permitiram, nos séculos XVII e XVIII, um olhar diferenciado para a infância.

Considerando que a noção de Estado entre a Idade Média e o início da Idade Moderna estava em reformulação, Barbosa (2007) pondera que Lutero pode ter contribuído para a criação de um Estado forte e autossuficiente por ter assumido como responsabilidade a educação escolar de seus cidadãos. Por meio das palavras “a grandeza e a prosperidade de uma Nação [...] reside no número de cidadãos que dominam o conhecimento da tecnologia e de pessoas de boa reputação, cultos, patriotas e tementes⁴ a Deus” Lutero apelava para o poder público a oferta e manutenção de escolas que atendessem a todos.

Nessa citação inferimos a importância do conhecimento não só na formação pessoal por meio do desenvolvimento intelectual, espiritual e moral, mas também como promotora de cidadania, visto que possuir cidadãos bens instruídos era de responsabilidade das

instituições políticas locais a quem eram confiados, como curadores, os bens, a honra, corpo e vida de toda a cidade, assegura Barbosa (2007).

As concepções educacionais de Lutero passaram por todos os seus tratados e escritos, na medida em que priorizavam uma educação cristã. Dois textos específicos luteranos registraram sua posição sobre a educação escolar, a saber, *Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs*, carta escrita em 1524 e *Uma prédica para que se mandem os filhos à escola*, sermão proferido em 1530. É aos pais a quem Lutero se dirige e apela para que enviem os filhos à escola, conclamando que todas as crianças recebam uma educação formal cristã, independentemente do tipo de família a que pertençam, mas é às autoridades, nas figuras dos conselhos municipais das diversas cidades da Alemanha, a quem ele conclama para a criação e manutenção dessas escolas. Ressalte-se que Lutero defendia que a educação escolar pública tinha um caráter obrigatório, forçando nos pais e nas autoridades a importância pública e religiosa dessa educação (BARBOSA, 2007).

Nos textos referidos anteriormente, Lutero fez propostas e interferências baseadas na sua doutrina dos dois reinos – o Estado e a Igreja – ressaltando a relevância de pais compromissados e cidadãos bem-educados para atuarem como pastores comuns na pregação do Evangelho ou como autoridades no governo secular. Baseado na compreensão que tinha da atuação de Deus no mundo por meio dos dois governos, Lutero não tinha por objetivo desenvolver uma teoria da educação em perspectiva cristã, porém estimulava a sociedade a empenhar-se por uma educação formal de qualidade, proferindo que a educação pública escolar era um ‘direito-dever’ de todos.

Por ter recebido uma educação familiar e escolar baseada na escolástica medieval com punições físicas e pressões psicológicas que causavam sofrimento aos alunos, Lutero propôs novos métodos didáticos, ressaltando que o ensino deveria ser adaptado à natureza da criança e acontecer com prazer e por meio de brincadeiras. Lutero também valorizava os professores enfatizando a relevância de que “para ensinar e educar bem as crianças precisa-se de gente especializada” que tivessem se interessado e se disposto ao estudo por longo tempo (BARBOSA, 2007).

As ideias luteranas promoveram transformações em seu tempo e contribuíram significativamente não só para o reconhecimento e valorização da criança como um ser de direitos à educação e à cidadania e com os deveres de tornarem-se cidadãos bem-educados capazes de atuar no governo secular e espiritual, mas também pela ênfase da ação estatal como responsável pela educação escolar.

O pensamento pedagógico da Reforma tomou por ponto de partida a concepção pedagógica de cunho humanista, todavia rompeu com ela pelo afastamento das bases metodológicas tradicionais às quais Lutero se opunha decisivamente.

Dessa forma, a Reforma renunciava um pensamento pedagógico moderno com o rompimento dos métodos medievais e a elaboração de uma nova concepção teológica, que orientava uma educação para a vida. (JARDILINO, 2009).

A concepção luterana de infância e seu atendimento por meio da creche

Os luteranos europeus emigrados para o Brasil trouxeram em sua bagagem o sentimento moderno da família, desconhecido na Idade Média, porém nascido nos séculos XV-XVI, para se exprimir com um vigor definitivo no século XVII, inseparável do sentimento de infância (ARIÈS, 1981, p. 143). Esse sentimento representava não só o cuidado dispensado às crianças, mas também a responsabilidade de assumir uma função

moral e espiritual de seus membros. A moral da época, afirma Ariès (1981, p. 195) impunha aos pais proporcionar aos filhos, até mesmo às meninas, uma preparação para a vida, convencionada e assegurada pela escola. A família moderna passa a ter uma necessidade de intimidade e de identidade, promovendo a união de seus membros por meio do sentimento, do costume e do gênero de vida.

O extraordinário desenvolvimento da escola nos anos mil e seiscentos foi uma consequência dessa preocupação nova dos pais com a educação das crianças, razão pela qual a instituição escola, assim como a igreja foi sempre prioridade na vida dos imigrantes luteranos. Apesar das inúmeras dificuldades, tais como a língua, o clima, os costumes e os habitantes, que os imigrantes alemães enfrentaram quando chegaram ao Brasil no início do século XIX, nunca deixaram de priorizar a educação para seus filhos, dentro das condições que tinham na nova vida que estabeleceram no país.

A Escola era a segunda prioridade para um grupo de famílias, logo que eram assentadas. Segundo Ribeiro (2006) eram salas pequenas, quase sempre no mesmo terreno do templo e da casa paroquial. Muitas vezes o pastor era o professor, especialmente nos primórdios. A primeira prioridade era o cemitério, também localizado no mesmo espaço geográfico e a terceira era o templo. O autor ressalta ainda que a razão que regia esse comportamento era de ordem prática, pois desde o início os imigrantes perceberam que a propaganda sobre o país tropical, com terras virgens, férteis e sem donos era enganosa, mas não tinham como voltar. Nosso trabalho comprovou a permanência, até os dias de hoje, da valorização luterana do ensino às crianças.

A história da educação infantil no Brasil evidencia que a creche surge no final do século XIX, com a especificidade de recolher os diferentes tipos de crianças “desvalidas”⁵ a fim de que pudessem ser alimentados e não ficassem expostos às intempéries. Tinham, na sua origem, um caráter assistencial em função de uma camada popular da sociedade, a qual se destinavam e eram geralmente mantidas por entidades religiosas e filantrópicas, preocupavam-se com a guarda pura e simples dessas crianças, em instalações bastante inadequadas e com procedimentos que não envolviam qualquer preocupação educativa (MERISSE, 1997, p. 32).

Desde o descobrimento até 1874, pouco se fazia no Brasil pela *infância desditosa* que era atendida pelas chamadas *criadeiras*, *amas de leite* ou *mães mercenárias*, das quais não era exigida nenhuma preparação (KRAMER, 2001).

Em 1908 tem início a primeira creche⁶ popular brasileira dirigida a filhos de operários até dois anos e, em 1909, foi inaugurado o Jardim de Infância Campos Salles no Rio de Janeiro, iniciativas que privilegiavam a ideia de proteção à infância.

O final da década de setenta apresenta a creche como uma instituição em expansão na sociedade brasileira, trazendo um aumento na demanda por esse serviço e nas pressões para sua instalação pelo poder público, principalmente no âmbito municipal.

No final dos anos setenta, numa parceria com a Fundação Legião Brasileira de Assistência⁷ e de contatos com alguns órgãos públicos da cidade, a iniciativa luterana, por meio do Centro Social Bom Samaritano, instalou em suas dependências uma creche casulo, com o objetivo de atender as necessidades das crianças e famílias moradoras das comunidades Cantagalo, Pavão-Pavãozinho (SCHÜNEMANN, 1997, p. 81).

A Creche Bom Samaritano

Em 1968, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Centro Social Bom Samaritano, nas imediações do Morro Cantagalo, para prestar o trabalho espiritual e assistência social aos moradores de comunidades (Schünemann, 1997, p. 80). Esse foi um esforço da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) para superar o gueto étnico-cultural a que estavam submetidas as paróquias, cuja missão era “correr atrás dos luteranos perdidos”, apresentando iniciativas de caráter social e diaconal⁸, de modo a favorecer comunidades, pertencentes a qualquer credo religioso e que estivessem em desvantagem social. Despertada para a necessidade de investir esforços na transformação da realidade social injusta, a Comunidade Luterana num trabalho diaconal contou com a ajuda da Central Evangélica de Ajuda para o Desenvolvimento (Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe) para construir a Creche Bom Samaritano, campo de estudo da pesquisa realizada que deu os subsídios para este trabalho.⁹

Lutero foi a primeira voz que se levantou em favor de uma educação pública, gratuita e inclusiva, fazendo deste objeto um dos principais lemas de sua Reforma e de sua atuação política. Dessa forma, o emergir desse espaço de educação infantil, que funciona há mais de três décadas, aparece como uma contribuição luterana para um sistema educacional que defende o direito universal à educação.

O nome escolhido para a instituição investigada pode estar relacionado com a cultura luterana de servir ao próximo pela dignidade merecida, e pela proposta educacional de Lutero, que aproximava história, religião e política¹⁰.

Relatos orais do pastor luterano Dorival Ristoff da Igreja Luterana Martin Luther no Rio de Janeiro esclareceram que Lutero não se cansava de pedir aos governantes de seu tempo a criação de escolas com vistas à democratização do conhecimento e à formação da cidadania. Contribuiu para isso com a autoria de muitos ensaios objetivando a promoção humana, a começar pelas crianças.

A resposta luterana por meio do trabalho social “é da essência e sempre fez parte de toda e qualquer igreja cristã”, como nos afirmou Ristoff, e objetivou desde a criação da Creche Bom Samaritano, prestar atendimento às mães solteiras quanto ao cuidado dos seus filhos, aproveitando um momento social propício para o desenvolvimento dessa obra eclesial, como a descreve Schünemann (1997, p. 80).

O aprofundamento da crise social brasileira nos grandes centros metropolitanos fez com que a indignação ética encontrasse nos pastores estrangeiros porta-vozes importantes. O imperativo do amor ao próximo se conjugava com a necessidade da abertura da Igreja ao contexto brasileiro. [...] No cenário internacional e nacional as igrejas e os organismos ecumênicos haviam despertado para a necessidade de investir esforços na transformação da realidade social injusta.

Observamos aqui a credibilidade luterana nos benefícios que esse trabalho social traria para as crianças e também para os seus pais, possibilitando amenizar e, talvez até diminuir, a distância social e cultural existente entre a comunidade e o restante da população instalada num bairro da zona sul do Rio de Janeiro considerado de classe média. Esse dogma religioso é reforçado nas palavras de Petsch (1999) quando assegura que “fazendo isso pretendem resgatar o sentido da esperança que não morre enquanto houver alguém interessado no trabalho com criança”. A educação com elas e com seus pais é a mola mestra, a força motriz para transformar a sociedade.

Inaugurada em 1979, a Creche Bom Samaritano instalou-se em Ipanema, no Rio de Janeiro, no prédio do Centro Social, situado ao lado da subida do Cantagalo,

[...] motivados pelos nobres objetivos do Ano Internacional da Criança e defrontados com o abandono de crianças e a conseqüente mendicância das mesmas junto à população transeunte do nosso bairro ou residente nas imediações do Cantagalo, membros do Presbitério da nossa comunidade resolveram transformar o Centro social em creche casulo, trabalho iniciado oficialmente em 01.09.1979. A partir de 1981 os diversos cursos ficaram suprimidos temporariamente por falta de espaço físico e por falta de estrutura suficiente para a realização dos mesmos. Optamos pela assistência social junto às crianças para vir de encontro às necessidades mais prementes de nosso bairro e da favela Cantagalo (IECL-RJ, 1984).

As instalações foram adaptadas para o uso da creche pela construção de um edifício de quatro andares¹¹ e, por meio de um círculo de amigos na Alemanha e de apadrinhamentos locais, a instituição passou a receber o seu sustento financeiro (SCHÜNEMANN, 1997, p. 81).

As comunidades, de onde provêm as crianças atendidas pela creche, são carentes dos recursos adequados a uma vida sadia e democrática, além de estarem situadas em espaços de intensa violência, onde o tráfico de drogas comanda uma verdadeira guerra com grupos rivais e a polícia.

A partir de 1990, com a entrada de uma diácona para assumir a Diretoria, a Creche Bom Samaritano passou a ter um olhar de atendimento global (médico-psico-pedagógico-social) à criança. Apesar de funcionar junto à Paróquia Luterana Bom Samaritano e de contar com o pastor luterano como voluntário e orientador espiritual, os ensinamentos religiosos que as crianças passaram a receber, provinham de valores religiosos universais e de valores da educação.

A nova diretoria privilegiou investir na equipe de trabalho dando maior ênfase no objetivo pedagógico de preparar a criança para a vida

[...] na condição de ser independente e sujeito da história, estimulando-a na aquisição de conhecimentos que facilitem o seu ingresso no Ensino do 1º grau. Procura-se por isso iniciar a criança no processo de alfabetização (PETSCH, 1999, p.15).

A importância da família na socialização da criança levou a creche a promover reuniões sistemáticas com os pais ou responsáveis, pois “o trabalho com as crianças ficaria incompleto se não for extensivo aos pais”, assevera Petsch (1999, p. 16).

O trabalho do Centro Social Bom Samaritano junto às comunidades¹² menos favorecidas economicamente tem mostrado que a doutrina da igreja luterana saiu do paroquialismo e fez o seu movimento de mudança caminhando em direção aos pobres, por meio do acolhimento das crianças na creche. Essa doutrina tem seus alicerces nos valores religiosos universais da socialização, da solidariedade, da importância da vida em comunidade, do respeito pelo outro e pela vida, da educação para o trabalho, do amor e do respeito ao próximo.

Na direção dos valores religiosos universais, o critério de seleção para o ingresso das crianças na creche é priorizar os mais pobres e os mais necessitados. Preferencialmente, são escolhidas as crianças cujos pais estão presos, desempregados ou ainda aquelas que estão sob os cuidados de outros familiares, por terem sofrido rejeição dos pais biológicos, assegura a diretora. A creche acolhe a criança pequena que, de alguma forma, a instituição família não tem condições, naquele momento, de assumir devidamente

com o seu papel e pauta seus modelos de funcionamento seguindo padrões familiares e maternos relativos aos cuidados de higiene, alimentação, saúde do corpo e dentária.

O movimento de responsabilização da mulher pelos cuidados ao marido e filhos é oriundo dos sentimentos da infância e família, fenômenos relativamente recentes na história da humanidade, determinados por diferentes interesses políticos, sociais e econômicos, como aprendemos com Ariès (1981).

As famílias, sem críticas de maior alcance político e, materializadas em atos de fala¹³, acreditam no trabalho pedagógico desenvolvido, na educação e na seriedade dos valores religiosos do pastor e da diretora e, por esta razão, respeitam e protegem esse espaço. Por outro lado, a comunidade luterana que apoia, apadrinha crianças e financia esse trabalho social entende que, somente pelo caráter diaconal, este pode ser bem desenvolvido.

Lutero, em um de seus textos, no século XVI, já refletia sobre a utilidade da escola e da educação e propunha seu atendimento a todos, apelando aos pais e às autoridades que se incumbissem dessa tarefa:

[...] incumbe às autoridades municipais pôr toda a sua atenção e empenho na juventude. Já que se colocaram a seu fiel cuidado os bens, a honra, a segurança e a vida de toda a cidade, não cumpririam com seu dever diante de Deus e do mundo se não procurassem dia e noite, por todos os meios, o bem-estar e o melhoramento da cidade [...] A escola deve dar personalidades à Igreja, personalidades capazes de se fazerem apóstolos, evangelistas, profetas, o que vale dizer pregadores, pastores, governadores, sem falar nas demais funções, necessárias ao mundo, quais sejam, entre outras, ministros de Estado, conselheiros, notários, importantes auxiliares do governo (LUTERO, 1995).¹⁴

Em janeiro de 2005, a Creche Bom Samaritano credenciou-se pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Portaria E/DGED/DRE N° 3922, com o N° de Registro 33117810, como instituição apta para ministrar educação infantil, nas modalidades de creche, a partir de dois anos e pré-escola, para crianças de quatro a seis anos. No entanto, a mudança do ponto de vista político e legal não estendeu-se para a sua designação institucional. O nome creche foi mantido, apesar da organização por idades determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, explícita no artigo 30, capítulo II, seção II: “A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos”.

A Creche Bom Samaritano, criada há mais de trinta anos, e anterior à Constituição Federal de 1988, levou-nos a entender que seu nome foi escolhido para efetivar um trabalho de cunho assistencial-custodial às crianças de pouca idade da população pobre das redondezas. Relatos da diretora esclareceram-nos que a decisão de manter a razão social como creche, após seu credenciamento na Secretaria Municipal de Educação (SME), objetivou manter a identidade da instituição junto aos pais e à comunidade, que a procuram como referência assistencial e pedagógica para seus filhos. “É um nome fantasia, que mantivemos, por ser conhecido por todos que sempre nos procuraram como referência no atendimento das crianças”, afirmou-nos a diretora da creche.

Essa instituição de educação infantil elabora o seu projeto pedagógico, sob a responsabilidade da entidade mantenedora e sob a coordenação da diretora, cumpre a legislação educacional e todas as demais disposições legais aplicáveis.

Em 15 de fevereiro de 2006, conquistou seu estatuto social, como associação civil de fins não econômicos, filantrópica, de caráter assistencial, social e cultural, isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações de raça, credo religioso, cor ou política em suas atividades e objetivos sociais e entre os componentes de seu quadro associativo, portanto uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, independente da União Paroquial, as quatro paróquias luteranas do Rio de Janeiro.

Construiu sua identidade não só com um programa de atendimento com a higiene, alimentação, e com a saúde, mas também com a interação com as crianças e suas famílias ao desenvolver aprendizagens e construir significados e novos conhecimentos.

O trabalho da creche prioriza a criança pobre, criada num ambiente comunitário ameaçado pela violência¹⁵, que não encontra em sua comunidade de origem, condições de infraestrutura básica para o atendimento pleno de seu desenvolvimento bio-psico-social. Essa atuação vai ao encontro das necessidades básicas das crianças assistidas, apesar da consciência de que “essa opção não solucionará uma complexa rede de problemas sociais”, afirma Petsch (1999, p. 8).

O trabalho socioeducacional luterano pretende promover em cada criança não apenas uma mudança em si, mas também a conscientização de que, na relação com as outras crianças, com seus familiares e com os vizinhos, cada um é capaz de modificar o meio em que vive, afinal “a educação não pode tudo, mas alguma coisa fundamental a educação pode”, afirma Paulo Freire (1996, p. 112).

As crianças recebem cuidados ou educação?

Pensar nos cuidados e na educação de crianças de dois a seis anos, com vistas a entender se existe o caráter de unicidade ou de uma dupla tarefa nas funções promovidas pela equipe que trabalha na Creche Bom Samaritano, há mais de três décadas foi uma questão investigada para o presente artigo. Nessa faixa etária os pequenos exigem cuidados específicos por sua situação de dependência física em relação aos adultos.

Encontramos na história da instituição indícios de que até o ano de 1990 a creche identificava-se com um depósito de crianças, contava com uma equipe que não era coesa, faltava orientação pedagógica e algumas monitoras trabalhavam mais por necessidade de sobrevivência do que por afinidade com a ação pedagógica e social.

As relações do cuidar e educar apresentam dificuldades de uma prática nas instituições de Educação Infantil, instaladas ao longo de décadas, em que cuidar remete à ideia de assistencialismo referido ao corpo e educar aos processos cognitivos. Existiria apenas a associação de duas diferentes funções? Cuidar remete apenas ao zelo por boa alimentação, segurança física e cuidados com higiene e saúde? Educar ocupa-se apenas com o repasse de conhecimento e normas de comportamento além do cumprimento de regras para os futuros cidadãos?

Durante muito tempo as instituições infantis, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança. Lá brincavam sob o olhar de monitoras e, quando havia um planejamento para o desenvolvimento intelectual planejado, entrava em cena um professor. Havia, então, dois papéis distintos na escola, um cuidava e o outro educava.

Na Creche Bom Samaritano observamos as práticas das profissionais que trabalham com as crianças e nosso olhar recaiu sobre essa distinção, evidenciada na narrativa de uma das professoras dessa instituição:

Desde pequena que sempre eu cuidei dos meus sobrinhos [...] então eu acho que eu comecei por aí [...] eu tenho a minha experiência de cuidar das crianças [...] depois dos meus 8 anos, no tempo que eu vim entender muitas coisas que passaram por mim, a minha mãe sempre ela falava: minha filha, vai cuidar do seu sobrinho, olha, cuidado, não bate nele, não faz isso, não faz aquilo.

Historicamente, a cisão entre o educar e o cuidar inclui uma conotação hierárquica, pois na disputa por quem realiza a dupla função, as professoras educam a mente, enquanto as auxiliares cuidam do corpo infantil, o que evidencia relações de poder dentro do magistério.

No cotidiano da Creche Bom Samaritano percebemos a força da função educar para uma das professoras que, quando questionada sobre qual o papel da professora proferiu *educar, educar, educar e ajudar a criança a seguir um caminho do bem*.

Existem atividades de cuidado específicas da Educação Infantil, tais como higiene do corpo, alimentação e sono, dentre outras, que envolvem habilidades e atitudes, comumente, próprias de saberes produzidos e adquiridos na prática cotidiana e que não fazem parte dos conteúdos ensinados em espaços de formação das profissionais que atuam junto à criança pequena.

Dessa forma, é frequente a polêmica, entre as educadoras e as ajudantes, em torno dessas atribuições, e que muitas vezes, as professoras não assumem para si a função de cuidar das crianças, por entendê-la como secundária. No entanto, a especificidade do cuidado com o aluno não é própria desse nível de ensino, pois em qualquer etapa de educação cuida-se do outro e “*não é possível educar sem cuidar*”, afirma Kramer (2005, p. 62).

Na Educação Infantil as ações de educar e cuidar precisam ser presença constante na realidade cotidiana, de modo a garantir para a criança o direito de aprender, de brincar e estabelecer elos, interações e relações.

Articulações (in)conclusivas

O mergulho na busca dos saberes luteranos que alicerçaram a investigação, não intencionou privilegiar a doutrina luterana pelo atendimento e pelo trabalho que presta para comunidades, que vivem às “margens” da sociedade, mas apenas conhecer um pouco dos dogmas, que dão o suporte para o trabalho de assistência e de educação desenvolvido na Creche Bom Samaritano e que são elementos constitutivos da história dessa instituição escolar.

O estudo sobre a doutrina luterana, para embasar teoricamente nossas críticas, levou-nos a acreditar que a aceitação e o apoio que recebemos da Creche Bom Samaritano para desenvolvermos nossa investigação estão relacionados com a valorização da liberdade e responsabilidade individual da pessoa, e também pelo fato da igreja luterana não embasar seus postulados eclesiais em prescrições morais rígidas.

A pesquisa bibliográfica promovida sobre o luteranismo buscou fundamentos teóricos para ajudar-nos a compreender as concepções de educação e de infância à luz do legado da obra de Lutero na tentativa da leitura de um clássico pelo que representa na discussão de um conjunto de questões dentre elas a educação. O tema da educação infantil ocupou lugar de destaque no pensamento de Lutero, com uma novidade impensada para a época: a ludicidade na educação. A dedicação ao tema é anacrônica, num tempo em que a criança era pouco considerada, tida com um adulto em miniatura.

O trabalho do historiador Ariès ajudou-nos a compreender que as crianças e jovens conheciam jogos e brincadeiras, numa época que o universo lúdico estava por demais afastado da prática educativa. Lutero, no entanto, pretendeu incluí-lo no processo de aprendizagem.

É certo que Lutero escreveu documentos ressaltando a criança e sua formação, sem a pretensão de, específica e explicitamente, clarificar essas concepções. Frente às lacunas encontradas nas produções específicas do assunto, promovemos um verdadeiro “garimpo” com teólogos, diáconos e pastores luteranos, por meio de correspondência e depoimentos, que fizeram emergir apenas inferências para responder aos questionamentos que levantávamos sobre o assunto. Ressaltamos que fizemos nesse estudo apenas um pequeno exercício de elaboração de algumas questões, que julgamos suficientes, para fundamentar nossas reflexões sobre os fios que envolvem as tramas do tecido social construído em relação às crenças religiosas para abordar a história de uma instituição escolar a Creche Bom Samaritano, no período de mais de três décadas de trabalho no Rio de Janeiro.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. As concepções educacionais de Martinho Lutero. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 33, n. 1, jan-abr. 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. *Relatório do Centro Social Bom Samaritano da Comunidade Evangélica Luterana do Rio de Janeiro a ser apresentado no XIV Concílio Geral da IECLB (17 a 21.10.1984 em Marechal Cândido Rondon – PR)*. Rio de Janeiro, 1984. Trabalho não publicado.

JARDILINO, José Rubens L. *Lutero & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 124p.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca da Educação. Série 1, Escola, v. 3).

KUHLMANN JR., Moysés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres. Final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org). *Educação da infância brasileira. 1875-1983*. Campinas, SP: Autores associados, 2001. (Coleção Educação Contemporânea)

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. *A Influência dos Irmãos da Vida Comum na obra Didáctica Magna de Comenius*. HISTEDBR, 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis13/art6_13.pdf>. Acesso em 21 mar. 2013.

LUTERO, Martinho. Aos conselhos das cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas. In: *LUTERO, Martinho: obras selecionadas*, v. 5. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1995.

MERISSE, Antonio et al. *Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

PETSCH, Vilma. *Os direitos da criança: um desafio diaconal*. IECLB: Comunhão de Obreiros Diaconais, 1999. Trabalho não publicado.

RIBEIRO, Antonio Carlos. *As igrejas na luta pelo direito à educação pública*. In Seminário Temático Internacional Religião e Educação 2006. São Paulo: EDUSP, 2006.

RIZZO, Gilda. *Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Em busca de dinamicidade: a presença pastoral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo entre 1960 e 1990*. 1997. Tese (Doutorado em Teologia) – Departamento de Teologia. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1997.

VALENTE, Renata Curcio. *A GTZ no Brasil: uma etnografia da cooperação alemã para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers: UFRJ, Laced, 2010.

Notas

¹ Para maiores informações sugerimos a consulta ao site <http://www.luteranos.com.br>.

² Para maiores esclarecimentos sobre os Irmãos da Vida Comum recomendamos a leitura do artigo A Influência dos Irmãos da Vida Comum na obra Didáctica Magna de Comenius, disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis13/art6_13.pdf.

³ O pastor luterano Dorival Ristoff, da Paróquia Martin Luther no Rio de Janeiro concedeu-nos depoimentos de grande contribuição e valia para a elaboração deste trabalho.

⁴ Ristoff esclarece que o termo “tementes”, nesse contexto, significa reverenciar, honrar e amar a Deus.

⁵ Desvalidas significa sem valor próprio (RIZZO, 2002, p. 32)

⁶ As palavras *crèche* de origem francesa e *krippen* de origem alemã significam **manjedoura**, denominação dada aos abrigos para bebês necessitados, que são constituídos na Europa no século XVIII (KUHLMANN JR., 2001, grifos do autor). Com caráter basicamente custodial e assistencial, estes estabelecimentos especiais assumiam a guarda dos lactentes e crianças até os sete anos, durante o dia para que suas mães pudessem trabalhar.

⁷ A Associação Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada pelo Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Foi um órgão brasileiro fundado pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, se tornou um órgão de assistência a famílias necessitadas em geral. Por tradição a LBA era presidida pelas primeiras-damas. Em 1991, sob a gestão de Rosane Collor, foram feitas denúncias de esquemas de desvios de verbas da LBA. A LBA foi extinta em 1 de janeiro de 1995, no primeiro dia de governo de Fernando Henrique Cardoso.

⁸ Diaconia é um termo cristão que significa servir ao próximo com um sentimento de graça e alegria por tudo que Deus faz e pelas bênçãos que concede.

⁹ Para maiores esclarecimentos sobre a cooperação técnica alemã no Brasil ver: Valente (2010).

¹⁰ Cabe ressaltar que, nos documentos da instituição, não foram encontradas informações esclarecedoras sobre a escolha do nome para a creche.

¹¹ O prédio recebeu verbas para sua construção da agência internacional alemã (Central Evangélica de Ajuda para o Desenvolvimento), que condicionou seu uso para o trabalho social, incluindo uma residência para o pastor superintendente desse trabalho. (SCHÜNEMANN, 1997, p. 81).

¹² Termo utilizado por nós para designar o conjunto de residências populares construídas de forma mais precária, normalmente nos morros e periferia, desprovidos dos mínimos recursos e condições de saneamento básico e acesso aos demais serviços públicos de uma maneira em geral (educação, saúde, lazer etc.).

¹³ As observações e coleta de depoimentos espontâneos junto aos familiares nos deram conta de que eles não fazem maiores questionamentos sobre as práticas de cunho moral e religioso, que estão implícitas no cotidiano da creche. Por outro lado, há de se considerar que, em virtude das suas condições econômicas e sociais, e ainda aliado ao fato da precária oferta de creches pelo poder público, os familiares, principalmente, as mulheres, estão priorizando o atendimento das necessidades de ter um lugar para deixar o seu filho em segurança e tratamento adequado, dando-lhes condições de trabalho.

¹⁴ Extratos de “Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha, para que Criem e Mantenham Escolas e Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola” (LUTERO, 1995).

¹⁵ A violência nesses lugares diminuiu um pouco depois da criação das UPPs, mas não foi contida totalmente. A Unidade de Polícia Pacificadora, conhecidas pela sigla UPP, é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que pretende instituir polícias nas comunidades principalmente na capital do Estado, com objetivo de desarticular quadrilhas que antes controlavam estes territórios como estados paralelos. Antes do projeto, inaugurado em 2008, apenas a comunidade Tavares Bastos, entre mais de 500 existentes na cidade, não possuía crime organizado (tráfico de drogas ou milícia). A comunidade de Cantagalo-Pavão-Pavãozinho situada entre Copacabana e Ipanema recebeu uma UPP em 23 de dezembro de 2009. Mais esclarecimentos sobre o assunto consultar: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seseg>.

Recebido em março/13

Aprovado em agosto/13